

# AduFRJ

## Capes: edital de internacionalização provoca polêmica na UFRJ

**> Programas disputarão R\$ 300 milhões oferecidos para todo o país. Insatisfação com tema da sustentabilidade e falhas de comunicação marcaram processo na universidade**

**FERNANDA DA ESCÓSSIA**  
fernanda@adufRJ.org.br

**A** UFRJ vai aderir ao edital da Capes para o Programa Institucional de Internacionalização, que prevê repasses de R\$ 300 milhões a projetos de pós-graduação. Até agora 38 programas de pós da UFRJ estão inscritos. O prazo final é 9 de abril.

O objetivo do edital é estimular redes de pesquisa internacionais, com mobilidade para enviar alunos e professores ao exterior e receber estrangeiros. A universidade espera ter mais de 40 programas inscritos.

Não será sem percalços, porém, que a UFRJ chegará ao final do processo, embora a discussão sobre o tema já venha ocorrendo há um ano. O edital da Capes saiu em novembro. Foi criada uma comissão com representantes dos centros, do Conselho de Ensino para Graduados, da Diretoria de Relações Internacionais e da Pró-reitoria de Pós-Graduação, a PR-2.

No entanto, houve falhas de comunicação, e alguns programas não ficaram sabendo da convocação para reuniões. E-mails foram parar nas caixas de *spam*. Professores reclamaram que

a UFF, por exemplo, lançou edital interno para selecionar projetos.

Outro problema foi temático. A UFRJ avaliou, a partir das reuniões com a Capes, que seria melhor alinhar projetos em torno de um único tema. Escolheu sustentabilidade, a partir dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Os ODS abrangem de erradicação da pobreza (ODS 1) a indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), passando por cidades sustentáveis (ODS 11) e vida na água (ODS 14). Depois, a comissão agrupou as propostas em dois eixos principais: “Protegendo a Vida” e “Desenvolvimento e Combate à Desigualdade”.

Programas com foco em pesquisas básicas, como Física e Matemática, consideraram difícil encaixar projetos na temática da sustentabilidade. O professor Gregório Malajovich, representante do CCMN no Conselho de Ensino para Graduados, criticou o tema da sustentabilidade e disse que ele restringe a participação de programas ligados a ciência básica, engenharias e saúde. “Precisamos aderir ao edital, mas com este tema ficou difícil”, acrescentando que tentaria retomar o debate na reunião de sexta-feira, 6, do CEPG.

O Programa de Pós-Graduação em Física, que tem nota 7 e é considerado de excelência, não vai participar. “Tivemos problemas de comunicação. Muitos programas só tomaram conhecimento do edital em fevereiro”, critica o professor Antônio Santos, vice-diretor da Física e membro da comissão. “A Física sentiu dificuldade de se encaixar e optou por não aderir. Sobre o tema, talvez, tenha faltado pensar fora da caixa”.

O vice-diretor da Biofísica, Bruno Diaz, acompanhou o processo desde o início. Disse que houve oportunidade para apresentação de outros temas –mas não apareceram contrapropostas. A diretora acadêmica da Coppe, Cláudia Werner, considera fundamental participar. Segundo ela, os primeiros programas chamados foram os de notas 6 e 7; depois foram incluídos os de notas 5 e 4. “É preciso ampliar o que já fazemos em internacionalização”, avalia.

Em nota, a PR-2 diz ter críticas ao edital: “A UFRJ é excelência em todas as áreas do conhecimento, entretanto exige-se que foquemos em vocações”. Sobre o tema, disse que ele dialoga com vários programas e que não foram apresentadas alternativas.



A **Adufrj** e professores do **IFCS** e do **IH** convidam para o debate:

# SEGURANÇA PÚBLICA VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

12  
abril  
quinta-feira  
18h

CONVIDADOS: **Lea Tiriba** (UNIRIO), **Michel Gherman** (IH/UFRJ),  
**Monique Cruz** (Justiça Global), **Cunca Bocayuva** (NEPP-DH/UFRJ)  
MEDIADORA: **Maria Paula Araujo** (IH/UFRJ e Adufrj)

SALA CELSO LEMOS (308) IFCS/IH LGO. SÃO FRANCISCO DE PAULA, 1 - CENTRO

#MariellePresente

AdUFRJ

## Professor diz que operação Lava-Jato abriu espaço para extrema-direita

> **Em aula inaugural, Michel Misse avaliou que ânsia popular de punir elites alimentou extremismo**

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

O clima político do país deu o tom da aula magna do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), na última terça-feira (3) no campus da Praia Vermelha. Convidado para falar sobre segurança pública, o professor do IFCS Michel Misse condenou uma eventual prisão de Lula. “A Constituição é clara. Isso só seria possível com a ampla defesa, esgotada a possibilidade de recurso”, advertiu. A aula magna aconteceu na véspera do julgamento de Lula pelo STF. Na última quarta-feira, o Supremo negou o habeas corpus pedido pela defesa de Lula; na quinta, o juiz Sérgio Moro decretou a prisão do ex-presidente. Na visão de Misse, a Operação Lava-Jato seria uma distorção do modelo de justiça americano, mal aplicado à realidade brasileira. “O direito no Brasil é positivo, vale a

lei. Nos EUA, a justiça responde à reação moral. Lá, a negociação acontece no final do processo, quando já há provas. O acusado negocia a própria confissão para reduzir a pena”, argumentou. “Nesses lugares, a primeira instância tem três juízes”, sublinhou ainda.

Para Misse, a operação encontrou ambiente propício no sentimento popular de injustiça social. “Não foi uma revolução porque não mudou estruturas, mas chegou a um setor da classe dominante, a altas estruturas, como não se tinha visto”, analisa. O ingrediente final foi o apoio da mídia que “passa a defender a operação”. “Desde o integralismo não vemos grupos de extrema-direita como agora, a Lava-Jato é como um dique aberto”.

Sobre a segurança pública, o professor destacou a militarização e a relação com a política eleitoral. “A segurança é uma das principais preocupações dos brasileiros. Não é possível refletir sobre o tema sem considerar que o

candidato que cresce a olhos vistos é de origem militar e traz um discurso autoritário, prometendo dar fim aos problemas de ordem pública”. Já em relação à recente intervenção no Rio de Janeiro, o docente foi cuidadoso. Misse disse ser “cedo para uma análise rigorosa”. Mas inseriu a ação em um contexto de “fracasso mais amplo do Estado” e expressou ceticismo: “O Brasil se especializa na guerra ao varejo da droga, mas não há estratégia sobre fazendeiros e políticos, responsáveis pelo atacado da droga”, criticou. “O que vemos é a população sendo ludibriada sobre problemas que só alcançarão resultado com políticas públicas”, avaliou.

Misse lembrou que a política de militarização, a chamada “guerra às drogas”, falhou na Colômbia e México. No último caso, tendo dobrado a taxa de homicídios entre 2007 e os dias atuais. Como solução efetiva para o problema no Brasil, Misse foi direto: “É preciso um mercado regulamentado e sujeito a regras de saúde pública”.

## PROMESSAS PARA MELHORAR SEGURANÇA NO FUNDÃO

■ Mais verba para pagamento de hora extra aos policiais militares e novos carros para o Batalhão da Ilha do Governador. Essas foram algumas das medidas antecipadas pelo subsecretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Roberto Alzir Dias Chaves, em reunião realizada nesta quinta-feira, 5, com o reitor da UFRJ, Roberto Leher, e o prefeito universitário, Paulo Mario Ripper. Segundo Alzir, estão adiantadas as negocia-

ções entre PM, UFRJ e Petrobras para adesão ao Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), que usará PMs de folga na segurança do campus. Leher manifestou preocupação com os seguidos sequestros-relâmpago no Fundão – em março, foram dois – e cobrou respostas sobre o assassinato do estudante Diego Machado, em 2016. No início da semana, Ripper participou de reunião no CCS e disse que estuda alterar

trajetos de três vias da Cidade Universitária: a Avenida Rodolpho Paulo Rocco, na entrada do Hospital Universitário; a rua Bruno Lobo, acesso lateral do BRT; e a saída 3 da Linha Amarela. A mudança no acesso à Linha Amarela foi descartada. As demais medidas estão em avaliação. Na quinta-feira passada (29), homens armados renderam seguranças de uma guarita na Praia Vermelha e levaram duas armas.

# Verde que não te quero cimento

> Segundo prefeitura, unidades terão que escolher: ou pagam pela jardinagem ou jardins serão removidos

KELVIN MELO

kelvin@adufrrj.org.br

Um comunicado da Prefeitura da UFRJ causou indignação entre gestores de unidades e centros. Encaminhado no dia 19 de março, o aviso informa que os jardins das áreas internas da Cidade Universitária serão removidos, em função de corte orçamentário imposto pelo governo, ou deverão ficar sob responsabilidade dos administradores dos prédios. “Esta medida será adotada a fim de evitar acúmulo de lixo e proliferação de insetos, motivada pela falta de manutenção”, diz um trecho do documento. Apenas os jardins dos canteiros centrais das vias comuns serão mantidos.

O comunicado também fala da mudança na rotina de capina no campus já em vigor este ano: o corte da grama deixou de ser quinzenal e passou a ocorrer uma vez por mês. O motivo seria a redução do valor do contrato com a empresa.

O superintendente do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Carlos Quintas, afirmou que o centro só poderia arcar com o custo da jardinagem se houvesse aumento do chamado orçamento participativo – verba que é distribuída a unidades e centros para compra de material de consumo e contratação de serviços, ao longo do ano. “Se não aumentarem, fica impraticável. A parcela de R\$ 39 mil que eu recebi este ano já foi toda embora esta semana”, disse.

O decano do Centro de Tecnologia, professor Fernando Ribeiro, já se posicionou



FOTOS: KELVIN MELO

**VERDE AMEAÇADO** Estudantes em jardim do Instituto de Geociências: prefeitura quer repassar manutenção das áreas

contrariamente à medida. “Não temos recursos”. Segundo ele, a possibilidade de suprimir jardins do CT também “não é razoável”: “Estamos falando do conforto das pessoas, de áreas de lazer. Isso vai causar uma comoção muito grande. Nós temos que pensar é como recuperar os atuais jardins”, completa.

A superintendente do CT, Wilma Almeida, reforçou que os jardins são uma espécie de “cartão de visitas” da universidade. “Todas as áreas verdes são especiais. Estamos conversando com a Prefeitura. Não tem nada decidido ainda”, disse ela. “O orçamento está cada

vez menor. Não temos condições de assumir esta tarefa”, completou.

A notícia de uma eventual retirada das áreas verdes da UFRJ por falta de recursos financeiros tampouco foi bem recebida pelos estudantes. Mariana Alo, da Licenciatura de Geografia, costuma ir ao jardim do Instituto de Geociências para ler e estudar. “Espero que se encontre uma solução melhor. Com menos áreas verdes, vai ficar mais quente”, observou. A Prefeitura Universitária não respondeu aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição.

## DIRETORIA DA ADFRJ VISITA ESCOLA DE BELAS ARTES

■ Conversar com os colegas, ouvir propostas e verificar condições de trabalho dos professores. Esses são alguns objetivos dos diretores da Adufrj ao realizar um ciclo de visitas às unidades. O local escolhido para começar a iniciativa, no último dia 2, não poderia ser mais emblemático: o setor administrativo da EBA. Um incêndio em outubro de 2016 no prédio da reitoria desalojou parte da EBA. Hoje a direção

da Escola está precariamente instalada em uma biblioteca da Faculdade de Letras, sem telefone ou divisória entre setores. Neste cenário, três representantes da associação foram recebidos pela diretora Madalena Grimaldi e pelo vice, Hugo Borges. “É uma das unidades em situação mais crítica”, disse Felipe Rosa, diretor da Adufrj. “É um choque. São condições muito difíceis”, reforçou Maria Paula Araujo.

